

O desfile do 18 de maio em Belo Horizonte (MG): análise do processo de sua construção

The May, 18th parade in Belo Horizonte (MG): analysis of the process of its building

Rúbia Mara Barbosa Moura¹, Izabel Christina Friche Passos²

¹ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte (MG), Brasil. Terapeuta Ocupacional da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Betim (MG) - Brasil. rubiamou@yahoo.com.br

² Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica – São Paulo (SP), Brasil. Professora Associada do Departamento de Psicologia, Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais (L@gir), Universidade Federal de Minas Gerais - (UFMG) - Belo Horizonte (MG), Brasil. zabelfrichepassos@gmail.com

RESUMO Este artigo é parte de pesquisa mais ampla de mestrado acerca do Desfile do

18 de Maio em Belo Horizonte (MG), evento político-cultural realizado como forma de comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Com o objetivo de conhecer de maneira detalhada o processo de construção desse 'carnaval-manifestação', realizou-se uma observação participante através da imersão da primeira autora nas reuniões de organização do desfile. Para mapear os dados foram utilizadas categorias teórico-conceituais a partir das quatro dimensões da reforma psiquiátrica propostas por Amarante (2003), quais sejam: teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural. Através da análise temática do conteúdo, constatou-se que o processo de construção do desfile traz contribuições em todas as dimensões da reforma psiquiátrica, funcionando, principalmente, como espaço de reflexão, podendo ser considerado como desdobramento fundamental do movimento da luta antimanicomial em Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento da Luta Antimanicomial; Desfile do 18 de Maio; Carnaval; Saúde Mental.

ABSTRACT *This article is part of broader Master's research on the May, 18th Parade in Belo Horizonte (MG), a political-cultural event held as a way to celebrate the National Day of Anti-Asylum Movement. In order to know in detail the process of building this 'carnival-demonstration' it was held a participant observation by immersing the first author into organizing meetings of the parade. To map the data it was used theoretical and conceptual categories from the four dimensions of the Psychiatric Reform proposed by Amarante (2003), namely: theoretical and conceptual, technical assistance, legal-political and social-cultural. Through thematic content analysis, it was found that the process of building the parade brings contributions in all aspects of the Psychiatric Reform, working mainly as a space of reflection, it may be regarded as an important development of the Anti-Asylum Movement in Minas Gerais.*

KEYWORDS: *Anti-Asylum Movement; Parade on May 18; Carnival; Mental Health.*

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Este artigo trata do desfile carnavalesco do 18 de maio, realizado todos os anos, há mais de uma década, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Apresenta, mais especificamente, uma análise de seu processo de construção. Outro aspecto, que diz respeito à percepção dos espectadores do desfile, aferido através de pesquisa de opinião realizada durante o desfile de 2010, encontra-se desenvolvido na Dissertação de mestrado (MOURA, 2011) e será objeto de outro artigo.

O desfile é uma das formas de comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, data instituída pelo Movimento homônimo para comemorar e reivindicar nacionalmente a inclusão social e a desestigmatização dos chamados doentes mentais. Objetiva envolver a sociedade “na percepção da questão da loucura/doença mental e na resposta assistencial e cultural” que tem sido produzida (AMARANTE, 1997, p.175).

Considerando-se que os aspectos históricos do referido movimento já foram bastante documentados por autores de referência (AMARANTE, 1995, 1997; VASCONCELOS, 2007; LOBOSQUE, 2001, 2003; RODRIGUES; CUNHA, 2007; LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007), é fundamental mencionar o papel desempenhado pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) no contexto de surgimento do Movimento da Luta Antimanicomial (MLA).

Segundo Paulo Amarante (1995, p.52), o MTSM, iniciado em 1978, foi o principal articulador e fomentador do projeto brasileiro de reforma psiquiátrica e tinha por objetivo:

(...) constituir-se em um espaço de luta não institucional, em um locus de debate e encaminhamento de propostas de transformação da assistência psiquiátrica, que aglutina informações, organiza encontros, reúne trabalhadores em saúde, associações de classe, bem como entidades e setores mais amplos da sociedade.

Dos muitos debates e encontros científicos fomentados pelo movimento, foi no II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, realizado em Bauru/SP, em 1987, que se instituiu o Movimento da Luta Antimanicomial (MLA),

fruto da radicalização dos objetivos estratégicos do processo brasileiro de reforma psiquiátrica que se traduziu pela expressão ou lema *Por uma sociedade sem manicômios*, evidenciando a recusa do hospital psiquiátrico como recurso de assistência.

Um dos produtos deste evento foi o chamado Manifesto de Bauru (II CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL, 1987), que se caracterizou como registro de fundação, dando as diretrizes para essa fase de radicalização do movimento (SILVA, 2003).

Na interpretação de Lobosque (2001, p.19-20), ao MLA compete a definição de um modelo que cobre do poder público a efetivação de propostas concretas configuradas a partir de alguns princípios:

Primeiro princípio: a consideração da dimensão subjetiva nas experiências da loucura em particular, e na luta política em geral (...) segundo princípio: a extinção do hospital psiquiátrico e sua substituição por um modelo assistencial radicalmente diverso (...) terceiro princípio: a abordagem das experiências da loucura deve apontar para sua presença e produção no espaço da cultura (...) quarto princípio: a questão da identidade e da autonomia da organização do movimento antimanicomial (...) quinto princípio: aliança com outros segmentos da sociedade civil organizada participando numa luta política por transformações estruturais da sociedade.

A mesma autora afirma ainda que o movimento pode ser entendido como uma certa concepção de reforma, nomeada como Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, reforçando a perspectiva radical, e esclarece o significado dos termos:

Movimento – não um partido, uma nova instituição ou entidade, mas um modo político peculiar de organização da sociedade em prol de uma causa; **Nacional** – não algo que ocorre isoladamente num determinado ponto do país, e sim um conjunto de práticas vigentes em pontos mais diversos do nosso território; **Luta** – não uma solicitação, mas um enfrentamento, não um consenso, mas algo que põe em questão poderes e privilégios; **Antimanicomial** –

uma posição clara então escolhida, juntamente com a palavra de ordem indispensável a um combate político, e que desde então nos reúne: POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS. (LOBOSQUE, 2001, p.102)

Ainda no Congresso de Bauru foi instituído o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, uma forma de “potencializar o poder de aglutinação de maiores parcelas da sociedade em torno da causa” (TENÓRIO, 2002, p.35). A data fora inicialmente sugerida para 13 de maio em referência à aprovação, na Itália, da Lei nº180, também conhecida como Lei Basaglia, evidenciando-se assim a grande influência da experiência italiana de desinstitucionalização no nosso processo (VASCONCELOS, 2007). Também em função da Abolição da Escravatura no Brasil. Acabou-se fixando o dia 18 do mês, não se sabe muito bem o porquê (AMARANTE, 1995). Esta data coincidirá com o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A comemoração do 18 de maio é concebida por Amarante (1997) como estratégica já que objetiva envolver a sociedade nesta importante causa. Manifestações de cunho científico e cultural acontecem em inúmeras cidades brasileiras nesta data, ao longo de toda a semana e mesmo de todo o mês de maio. Na cidade de Belo Horizonte, entre as inúmeras formas de comemoração destaca-se o desfile, que se caracteriza como uma manifestação política metaforizada pelos mais diversos elementos carnavalescos e, que até a data desta pesquisa, era realizado há 13 anos na capital mineira. Sua criação e organização é marcada pelo protagonismo do Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM), núcleo estadual da militância antimanicomial, constituído em 1994 (CASTRO, 2008). Atualmente, integra a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), oriunda da polarização do movimento. Sem ser nosso objetivo tratar dessa polarização (PASSOS, 2008), é importante registrá-la. Ocorre, com algumas fortes rupturas, durante o V Encontro Nacional do MLA, em Miguel Pereira/RJ, em 2001. A Renila é formalizada em Brasília, por Manifesto datado de dezembro de 2003, realizando no ano seguinte seu primeiro encontro com 19 núcleos distribuídos por 12

estados brasileiros. Vasconcelos, em artigo de 2007 (VASCONCELOS, 2007), analisa como a Renila encontra-se muito mais aparelhada organizacional e economicamente, apoiada que é pelo sistema Conselho Federal de Psicologia e com maior expansão pelos estados do país, do que o outro braço, que manteve praticamente a mesma denominação de Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). O MNLA se sustenta na militância individual, com pouca organização e recursos, e esta voltado para fortalecer a organização dos usuários. Hoje o quadro já se mostra mais complexo, pois fortes lideranças do MNLA com vinculação acadêmica importante, principalmente no Rio de Janeiro e Santa Catarina, criam, no final de 2007, a Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), que se apresenta como uma organização formal não corporativa, multiprofissional e com participação de usuários, familiares e pessoas interessadas em geral. A Abrasme, no entanto, não subsume o MNLA, que continua ativo como movimento social autônomo. Realiza congressos bianuais e cria o primeiro periódico indexado de caráter nacional e *on line* dedicado ao campo da saúde mental¹.

Voltando ao MLA, pesquisa bibliográfica indicou que a peculiaridade do uso do elemento carnavalesco para abordagem das experiências da loucura, pensadas como presença e produção no espaço sociocultural, é um dos pontos fundamentais no processo da Reforma. Este prima por mudanças profundas não somente nos aspectos jurídicos, políticos e assistenciais, mas, sobretudo, nos valores e significações sociais em torno da loucura e da doença mental. (PASSOS & BEATO, 2003)

Documentos, relatórios e publicações de órgãos oficiais do Ministério da Saúde, ou vinculados a ele, nas esferas federal, estadual e municipal (SESMG, 2006; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007) e uma publicação mais recente e conjunta dos ministérios da Saúde e da Cultura (AMARANTE & LIMA, 2008) apontam a cultura como elemento estratégico de transformação das relações entre sociedade e loucura. No mesmo sentido, encontramos inúmeros escritos de importantes autores do

¹ Cadernos Brasileiros de Saúde Mental.

campo da saúde mental (AMARANTE, 1997, 2000, 2003; LOBOSQUE & ABOU-YD, 1998; LOBOSQUE, 2001; TENÓRIO, 2002).

O caráter estratégico do uso do carnaval enquanto manifestação cultural fundamental em nosso país reside tanto no fato de pertencer ao domínio do ritual quanto em suas características festivas peculiares. Segundo DaMatta (1997, p.29), como ritual ele é imbuído de uma atmosfera privilegiada que permite sua penetração no “coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores”. O ritual coloca em foco algum aspecto da realidade, viabilizando a reconstrução e lapidação dos significados em torno dela e do sistema de valores da sociedade.

O autor sustenta que uma das características mais importantes da resposta social e coletiva é a que permite congregar o ritual com os atos, manifestações populares e movimentos de mudança social que objetivam libertar o homem, rompendo com determinadas formas de funcionamento social (DAMATTA,1997). Congregação perfeitamente visualizada no desfile do 18 de Maio em sua combinação de rito carnavalesco com movimento social.

Em sua peculiaridade festiva, outro aspecto que lhe empresta um valor estratégico, segundo Bakhtin (1987), historicamente o carnaval é uma forma de expressão do povo em oposição aos aspectos sérios, sagrados ou “oficiais” socialmente estabelecidos.

O DESFILE DO 18 DE MAIO EM BELO HORIZONTE: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Nos últimos anos, o desfile tem sido organizado através de um coletivo de composição mista (descrita mais à frente) que se reúne semanalmente durante os meses que antecedem o evento. As reuniões analisadas neste artigo aconteceram de janeiro a março de 2010, totalizando 8 encontros de 2 horas de duração, foram observadas e registradas em diário de campo. A imersão da pesquisadora como observadora neutra ou não participante foi escolhida por ela já ter tido participações ativas em anos anteriores. O fato de ser conhecida de muitos dos participantes, lhe possibilitou uma presença diferenciada mais facilmente consentida pelo grupo e uma posição privilegiada de observação que teve por objetivo específico

descrever a construção do desfile quanto ao processo decisório de definição de seu conteúdo, qualidade das discussões, surgimento das propostas, identificação dos participantes e de seus diferentes engajamentos e elucidação das etapas do processo. A análise e a interpretação dos dados foram realizadas através de análise de conteúdo de tipo temática sobre o conteúdo das anotações e de entrevista com uma informante-chave que se mantém no grupo desde o primeiro desfile (BARDIN, 2004).

O processo de construção do desfile foi iniciado no ano anterior ao de sua realização, na última reunião do Fórum Mineiro de Saúde Mental, em dezembro de 2009, ocasião na qual foi eleita uma comissão organizadora que ficou responsável por marcar e divulgar data, hora e local das reuniões.

A operacionalização dos encontros ocorreu através da distribuição e leitura da ata da reunião anterior, servindo como registro das discussões. Na seqüência, houve a apresentação de cada participante, que declarava seu nome e o da organização ou instituição que representava. As cadeiras ficavam dispostas em forma de círculo, evidenciando o uso da metodologia das rodas de discussão com intuito de promover espaços de troca e de participação coletiva.

A cada reunião, após a apresentação e leitura da ata, dava-se início à pauta de discussão do dia e às inscrições daqueles que quisessem se expressar, método normalmente orientado por algum trabalhador ou gestor presente. Este método de inscrição, também usado nas reuniões do FMSM e em outros eventos da saúde mental, se dá pela anotação dos nomes dos participantes que desejam comentar, perguntar ou sugerir algo, com o intuito de melhor organização das propostas e viabilização da participação democrática.

Nestas reuniões esteve presente uma média de 30 a 35 pessoas: usuários (grupo majoritário), trabalhadores e gestores dos serviços substitutivos de saúde mental de Belo Horizonte e cidades da região metropolitana, estagiários e representantes de instituições de ensino e formação acadêmica. Registrou-se, ainda, a presença de representantes de associações de usuários e familiares da saúde mental.

A reunião de abertura do processo foi orientada, inicialmente, por representantes das

Coordenações Municipal e Estadual de Saúde Mental. Como sugestão de pauta, os gestores propuseram: 1) realização de análise de conjuntura do MLA; 2) elaboração de estratégias para ampliar o coletivo tanto organizador quanto participante do evento e 3) sugestão de temas a serem abordados no desfile. Já neste primeiro momento o processo de criação propriamente dito foi desencadeado, pois, a partir destas propostas, muitos presentes se manifestaram, principalmente os usuários.

Durante a análise exploratória das informações coletadas na observação, percebeu-se que as categorias analíticas propostas por Amarante (2003) para definir as dimensões do processo de reforma psiquiátrica, poderiam ser úteis para mapear o conteúdo que surgiu durante as reuniões de preparação do desfile. São elas: dimensão teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural. É preciso salientar que o surgimento das propostas e dos temas não foi estanque, tanto quanto não o são as dimensões propostas por Amarante (2003). O processo de construção do desfile se mostrou complexo e dinâmico, e se deu pelo entrelace e convergência na proposição dos temas pelas diferentes categorias de participantes. Identificamos três categorias distintas de participantes, segundo o tipo de vínculo social com o movimento e relevância para o processo, a saber: usuários, trabalhadores e gestores dos serviços de saúde mental. Para outros participantes, como simpatizantes do movimento e estudantes, não foi criada uma categoria, uma vez que seu comparecimento foi esporádico e inexpressivo, o que provavelmente tem relação com o segundo ponto de pauta proposto para discussão.

Parafraseando Amarante (1995), esta categorização dos participantes não deve ser entendida como sinônimo de *status* ou classe social, ela é adotada e explicitada pelo próprio grupo e tem correlação com o tipo de contribuição trazida por cada um desses segmentos. Tal tipificação é corroborada por Maths Jespersen (citado por VASCONCELOS, 2000), uma das principais lideranças suecas no movimento social da saúde mental, que afirma haver interesses diferentes entre as categorias de militantes.

ANÁLISE DO PROCESSO A PARTIR DAS DIMENSÕES DA REFORMA PSQUIÁTRICA

A primeira dimensão, nomeada por Amarante (2003, p.49) como epistemológica ou teórico-conceitual, trata do

“conjunto de questões que se situam no campo da produção de saberes, que dizem respeito à produção de conhecimentos, que fundamentam e autorizam o saber/fazer médico-psiquiátrico.”

Nesta categoria foi incluído o tema que apareceu com maior frequência durante todas as reuniões, proposto por uma representante de associação de usuários e familiares: uma contundente crítica ao ato médico. O Projeto de Lei nº 7.703/06, do Ato Médico, que dispõe sobre o exercício da medicina, tem gerado inúmeras manifestações da população e, especialmente, dos profissionais da saúde. Com sua aprovação, várias ações de saúde executadas por outros profissionais da área ficarão restritas aos médicos, o que significa centralização de poder em detrimento do trabalho em equipe, bem como, redução da autonomia, tanto dos profissionais de saúde quanto dos usuários. Em muitos pontos, o texto do projeto de lei não coloca explicitamente o que está por trás deste ato corporativista, que o coletivo das reuniões do desfile chamou de “mentiras travestidas de verdade”.

Este tema provocou manifestações convergentes de todas as categorias de participantes, no sentido de que o ato médico seria um retrocesso, uma reiteration da lógica manicomial e da hegemonia de um só saber — o saber médico — em oposição à nova lógica de cuidados, claramente defendida pelo MLA, na qual “nenhum saber ocupa o centro” (SESMG, 2006, p.44). Posição que encontra eco na concepção de saúde mental do italiano Saraceno (1999), que defende o envolvimento de múltiplos atores e saberes nesta prática.

Ancorada na discussão sobre o ato médico, surgiu o tema dos significados da loucura, abordado principalmente pelos usuários, que trouxeram relatos pessoais sobre os efeitos, ainda atuais, da vinculação da loucura à irracionalidade, desajuste, perigo e/ou doença

(AMARANTE, 2003; RODRIGUES & CUNHA, 2007; PASSOS & BEATO, 2003). Sobre este tema, Passos (2009), a partir da problematização da loucura feita por Michel Foucault, no livro *História da Loucura na Idade Clássica*, faz uma análise da variação histórica em torno desses significados, na qual expõe as transformações discursivas pelas quais passou o termo até sua apropriação e interpretação, dominante e hegemônica, pelo saber médico. Não nos deteremos aqui nesta análise, ma interessa-nos destacar que as figuras de linguagem oriundas do discurso médico-psiquiátrico não se restringem a meros “instrumentos técnicos e metodológicos, mas produzem efeitos culturais e políticos, de alocação de identidade, preconceito e desvalia”, como ressalta Goulart (2006, p.4).

Perceberam-se, no conteúdo das falas de alguns usuários, temas que evidenciaram uma apropriação crítica sobre os modos de significação da loucura em nossa sociedade que, fundamentalmente, associa a doença mental à noção de perigo social e historicamente “justificou” a constituição do asilo como forma de segregação de que é tributária a perspectiva médica, marcada pelo par de opostos normalidade/anormalidade.

Partindo dos relatos das experiências de exclusão e preconceito vividas pelos usuários, uma gestora comentou que o problema do preconceito não está resolvido e que ele sofreu uma transmutação, aparecendo em formas mais sutis na atualidade, corroborando a afirmação de Passos (2009) de que a segregação não está superada e o que se evidencia é um silenciamento sobre o assunto.

Na busca por transformar este cenário, Santos (2008, p.3) afirma que o desfile

“quer colocar a sociedade para discutir um assunto que muitos escamoteiam, escondem, ou discriminam, renegam. Quer mostrar possibilidades reais de convivência com a loucura”.

Na mesma direção, a máxima do MLA é que, para além do fim dos manicômios, deve-se buscar transformações profundas nas formas de a sociedade conceber a loucura e se relacionar com o louco (ABOU-YD & SILVA, 2003). Alguns usuários expressaram suas expectativas quanto à transformação destas concepções em direção a

uma identificação social mais positiva da loucura, apontando a arte como uma saída possível. Vemos, então, como esta dimensão conceitual atravessa a dimensão sócio-cultural, sobre a qual falaremos mais à diante.

Em estreita relação com as reformulações da dimensão conceitual, encontra-se também a dimensão técnico-assistencial, que toma como ponto de partida a crítica ao modelo assistencial psiquiátrico baseado nos princípios da tutela, da vigilância, do isolamento e da punição. Foi numa forte oposição a este modelo que surgiu a proposta de reorientação da assistência através da substituição do hospital psiquiátrico por uma rede de serviços territoriais, comunitários e articulados entre si (SESMG, 2006). Porém, é importante reafirmar com Lobosque (2001, p.19) que

“o projeto antimanicomial não se reduz a uma questão técnica ou assistencial, mas busca entrelaces entre a cidade e a loucura, voltados para a dimensão essencial da cidadania”.

Nesta dimensão, foram considerados os relatos de história de vida de alguns usuários. Um deles narrou sua trajetória de tratamento iniciada com a internação em hospital psiquiátrico e transformada a partir da implantação da rede de serviços substitutivos, quando passou a se tratar neles. Fez um contraponto entre o hospital e o centro de convivência, um dos serviços que frequenta nos dias de hoje, avaliando como positiva a possibilidade de circular em liberdade, pois foi através das relações construídas neste espaço que surgiram propostas de formação de uma associação de usuários e familiares. Este relato corrobora a afirmação de que essa rede de serviços substitutivos ao hospital se articula “de forma a criar todo um trânsito possível e necessário na família como na cidade, na cultura como na política, tendo sempre o mundo como direção” (LOBOSQUE, 2001, p.30).

Por outro lado, alguns trabalhadores alertaram para a existência, atualmente, de outras formas e nomes de manicômios, que pode ser traduzido como cultura manicomial. Segundo documento produzido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, citado por Koda (2002, p.37), essa expressão pode ser entendida como um

“conjunto complexo de representações e comportamentos coletivos sobre as relações entre os indivíduos, destes com as instituições, sobre a loucura, sua determinação, e o modo de proceder da sociedade/instituições com a loucura”,

que mantêm relações de segregação e estigma social.

Em consonância com a fala dos trabalhadores, um gestor pediu que todos atentassem para a importância do não retorno do hospício, reforçando o papel do MLA como vigilante no que diz respeito às condições do cuidado e do tratamento das pessoas com sofrimento mental.

As análises da dimensão técnico-assistencial evidenciaram, no conteúdo da fala de todas as categorias analisadas (usuários, trabalhadores e gestores), um repúdio ao hospital psiquiátrico enquanto instituição assistencial. Mas não só. Comprovaram também a afirmação de Lobosque (2001), já citada, de que o louco deve viver e produzir fora do espaço institucional, considerando a loucura sempre entrelaçada à cidade, o que se ancora na dimensão da cidadania, remetendo-nos ao campo jurídico-político. Neste campo da reforma, preconiza-se a revisão da legislação em busca da restituição da cidadania e dos direitos negados ao louco em decorrência das ideias de incapacidade, perigo e irresponsabilidade que lhe foram impingidas ao longo da história.

Sabe-se que o processo de alienação da cidadania do louco teve como marco a redução da loucura à doença, o que justificou, na Modernidade, seu isolamento e sua segregação, produzindo o que Passos (2009) nomeia como pseudocidadania. Pois, se, por um lado, foi concedido ao louco o direito a um tratamento especial, a partir do nascimento da instituição asilar psiquiátrica, por outro, sua liberdade foi apoderada pelo saber médico que passa a tutelá-lo. Este cenário é o que se pretende mudar, se considerarmos a causa do MLA expressa nas palavras de ordem *por uma sociedade sem manicômios*. Cabe nestes termos a luta pela cidadania do louco, condição de participação na vida coletiva garantida a todos, mas nem sempre efetivada por todos.

Na categoria dos usuários, os temas mais frequentes referentes à dimensão jurídico-política se relacionaram aos direitos civis. Para fins de análise, utilizou-se a sistematização de Marshall (1967), citada por Vasconcelos (2000), a respeito da tipificação dos direitos. Segundo o autor, os direitos civis se referem à garantia de liberdade e igualdade perante a lei, incluindo-se neste rol o direito de não ser estigmatizado por razões quaisquer. Já os direitos políticos dizem respeito à participação política exercida pelo direito ao voto e à participação em formas diversas de organização. Por último, os direitos sociais, que formam uma categoria mais ampla referente aos direitos mais básicos, ou seja, condições mínimas de bem-estar sócio-econômico.

A dimensão civil da cidadania foi observada na reafirmação categórica do direito de ir e vir, da liberdade do usuário no tratamento e do apelo à garantia da condição de cidadão do louco, claramente expressa pelo termo “cidadão-planetário”, como definiu um dos usuários ao defender uma cidadania a ser reconhecida em qualquer parte do planeta. A importância do processo de formação das associações de usuários e familiares, e seus efeitos na sua formação política, também foi tema exposto, sinalizando nesta participação o exercício de seus direitos políticos.

No campo dos direitos sociais, a pobreza gerada pela desigualdade social foi apontada pelo grupo como tendo maior visibilidade a partir dos grandes desastres naturais, que ocorrem principalmente em locais onde as condições de vida são mais precárias, como no caso do Haiti, e tendem a despertar a atenção do mundo. O terremoto que atingiu este país ocorreu oito dias antes do início das reuniões de organização do desfile, em 12 de janeiro de 2010. Talvez, devido à magnitude da catástrofe, que foi notícia na mídia mundial durante muitos dias, ou à forma como ela afetou os telespectadores, o coletivo fez, durante todo o processo, paralelos entre o MLA e o terremoto, usando-o de forma metafórica para pensar as questões do movimento. Esse acontecimento acabou se transformando, por homofonia, no tema-eixo do desfile: “Solidariedade: Há em ti, Há em mim”.

Na categoria dos trabalhadores, os temas políticos emergentes se diferenciaram notavelmente daqueles trazidos pelos usuários,

diferença presente tanto no conteúdo quanto na forma. Um deles foi a crítica à forma de organização social capitalista e às desigualdades sociais decorrentes, tendo na proposta da Economia Solidária um contraponto diante das mazelas da economia mundial. A “Política Saúde Mental e Economia Solidária” é parte integrante da Política Nacional de Saúde Mental, caracterizando-se como dispositivo de inclusão social pelo trabalho através de iniciativas de geração de trabalho e renda para pessoas com transtorno mental. Esta política se dá pela articulação do Ministério da Saúde com o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (2005).

Outro tema trazido por uma trabalhadora foi o papel das forças militantes e da luta antimanicomial como forma de resistência diante dos problemas gerados pelo modo de produção capitalista. Mencionou um texto do revolucionário cubano Fidel Castro, publicado em janeiro de 2010 com o título “O mundo meio século depois – reflexões do companheiro Fidel”, no qual ele lembra a importância das forças militantes. Neste contexto, o desfile foi apontado como espaço privilegiado e momento estratégico para marcar essa resistência e tensionar tais questões.

Na categoria formada pelos gestores surgiram também questões que, como as anteriores, apareceram em tom de alerta, porém a temática foi referente aos ataques sofridos pelo MLA em 2009 e a relevância da Marcha do usuários a Brasília, como resposta e produto da articulação do movimento em prol de suas reivindicações. Durante as discussões, o ataque endereçado ao MLA foi traduzido como uma forma diversa de atualização do manicômio. Outro autor comentado foi Boaventura de Sousa Santos. Teórico português pesquisador dos movimentos sociais, dentre outros temas, foi citado no sentido de se reafirmar que é diante destes obstáculos que o movimento deve resistir e ganhar expressão. Foram citadas ainda algumas obras literárias, como: *As múltiplas faces do fascismo*, *Admirável mundo novo* e *1984*, lembradas por tratarem das relações de poder que se dão de diferentes formas na sociedade.

O debate caloroso acerca da militância, suas ações e desafios, que caracteriza uma forma de

participação na vida política e, portanto, de exercício dos direitos políticos, é bastante compreensível uma vez que o que está em jogo no desfile, para além de seu aspecto comemorativo, é a visibilidade dada ao elemento político manifestado através da causa do movimento, numa data em que se comemora a sua radicalidade.

Observou-se, entretanto, uma distinção de conteúdo e de forma no modo de participação das diferentes categorias visto que os usuários, mesmo quando trouxeram temas enquadrados no rol de direitos políticos, apresentaram um discurso de conteúdo diferente e numa forma menos argumentativa ou conceitual em relação às outras categorias de trabalhadores e gestores. Nessa direção, Vasconcelos (2000) aponta algumas características do movimento que têm relação direta com os dados observados. Uma delas é a dificuldade de envolver lideranças de usuários e familiares de classes sociais mais abastadas e, conseqüentemente, com maiores níveis de educação formal. A mobilização acontece geralmente nos grupos mais pobres, o que dificulta o surgimento de líderes com melhor preparação para encarar os complexos desafios da militância. Isto deve justificar o fato de um tema tão complexo e fundamental ao movimento, como refletir sobre a sua causa, ter sido apresentado de maneira mais elaborada e articulada por trabalhadores e gestores, o que também pôde ser observado quando trouxeram ao debate as críticas ao capitalismo.

Outra característica é a maior dependência, tanto dos usuários quanto do próprio movimento, em relação aos profissionais, produzindo um caráter menos autonomista do que se imagina ou se deseja. Para Vasconcelos (2007, p.204), este fato pode ser entendido pela adoção de uma concepção de cidadania, ainda muito presente no movimento, pautada pela igualdade universal dos indivíduos, o que tem resultado na perpetuação da “hegemonia organizacional e política dos profissionais, já que possuem maiores recursos econômicos, culturais e organizacionais para a prática política”. O autor afirma ainda que esta discussão implica em um debate teórico importante entre a concepção de uma cidadania especial, caracterizada por uma inscrição social diferenciada do sujeito, e uma concepção de igualdade universal dos indivíduos.

A assimetria, referente ao acesso aos recursos citados, ficou evidente quando trabalhadores e gestores incorporaram ao debate reflexões sobre algumas obras literárias e ideias de personalidades como Fidel Castro e Boaventura de Sousa Santos. Mas, se por um lado evidencia-se a assimetria, por outro, pode-se perceber uma forma de difusão de pensamentos e conhecimentos e de redução da lacuna existente nesse campo de recursos. Tal interpretação converge com a de Vinadé e Guareschi (2007, p.71):

A inserção no movimento agrega aprendizagens, possibilitando contato com situações que, em outra condição, não teriam acesso. A militância é compreendida como território de aquisição, de crescimento pessoal e profissional. Neste, os militantes dizem aprender mais sobre relações interpessoais, sobre grupos, política, sobre o mundo em geral.

Uma última e necessária consideração acerca do movimento é a peculiaridade de sua constituição identitária. Lüchmann e Rodrigues (2007) reconhecem a participação de três segmentos diferentes: usuários, familiares e profissionais. Entretanto, foram constatadas ausências de familiares de usuários, bem como de usuários dos serviços infanto-juvenis. A hipótese para a ausência de familiares pode ser a dificuldade do desfile em se capilarizar. Quanto aos usuários infanto-juvenis, estes são normalmente acompanhados por familiares ou outros acompanhantes em sua circulação social, tendo a ausência de familiares um duplo impacto. Há que se considerar, ainda, o acréscimo de um outro segmento detectado pela pesquisa, os gestores, evidenciando uma dupla inserção, na gestão e na militância. Segundo Maia e Fernandes (2002), essa forma de inserção pode ser interpretada como estratégica na medida em que a aparelhagem político-institucional do movimento, desde que caracterizada pela flexibilidade e adequação de seu corpo político, pode culminar na sustentação e garantia de políticas afinadas aos princípios antimanicomialis.

A questão da composição do MLA, destacada e reconhecida como singularidade da reforma psiquiátrica brasileira, devido à participação da sociedade civil (2006), implica também em fragmentações do movimento,

muitas vezes resultante das diferenças de poder, de recursos e de interesses entre os segmentos. Apesar de esta diversidade por vezes apresentar-se problemática, ela deve ser concebida como ingrediente potencializador na formulação de interesses, pois, como nos lembram Lüchmann e Rodrigues (2007, p.406),

“os movimentos sociais são ações coletivas de caráter fragmentário e heterogêneo que destinam boa parte de suas energias e recursos para o gerenciamento de sua complexidade”

Finalmente, algumas considerações sobre a dimensão sociocultural, que foi bastante explorada pelo coletivo organizador, visto que esta temática perpassou todas as reuniões. Este dado, por si só, evidencia o importante papel do desfile no fomento às atividades e reflexões que caracterizam esta dimensão, considerada por Amarante (2003, p.53) “a que expressa o objetivo maior do processo de reforma psiquiátrica”, que é construir um lugar social que dê cabimento à loucura.

Lobosque (2001) também aponta que esta aproximação com a sociedade tem por objetivo transformar a relação que se estabelece com o louco. Assim, o tratamento em liberdade, a participação em espaços políticos, tais como as associações de usuários e familiares, a livre circulação social e a participação e intervenção na cultura são movimentações que têm trazido à cidade e a seus moradores provocações a partir da presença do louco e da loucura.

Notou-se que as reuniões de organização do desfile têm se constituído como espaço privilegiado de produção, no qual as concepções e os usos do elemento cultural são materializados nas contribuições trazidas pelos usuários. Foi esta a categoria de participantes que mais fomentou o processo de criação e invenção, sendo os grandes responsáveis pelas ideias e argumentos do desfile de 2010. O tema da arte foi introduzido na segunda reunião, a partir da sugestão de usuários e trabalhadores. Foi sugerido um paralelo entre o MLA e a Semana de Arte Moderna de 1922, movimento que marcou uma ruptura na forma tradicional de se fazer arte, colocando em evidência as produções de inovadores artistas brasileiros. Segundo os participantes, movimento semelhante tem acontecido com as produções

artísticas dos usuários, através dos incentivos e premiações tais como as conquistadas junto ao projeto “Loucos pela Diversidade”, patrocinado pelo Ministério da Cultura em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e mencionado pelo coletivo.

Consta, no relatório final da *Oficina Loucos pela Diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura* (2008), que a produção artística das pessoas com transtorno mental, tem contribuído para o fortalecimento da identidade e da diversidade, na perspectiva da inclusão social através da produção de novas formas de linguagem, contribuindo, assim, para a construção de novos sentidos para a loucura. Os usuários enfatizaram a importância do elemento cultural na mesma direção do que está dito no documento.

Vinadé e Guareschi (2007) sublinham a descoberta dos militantes de que a interseção entre produção artística e ação política, além de possível, é necessária. Os participantes usuários clamaram pela valorização da arte dos “artistas-usuários”, afirmando a arte como uma via de possibilidade para a renovação da vida e dos valores, na perspectiva da produção de uma concepção da loucura que seja associada à beleza, e não ao horror, como lembrou uma usuária. A arte, aqui, foi entendida como uma das formas de materialização dos elementos da cultura e concebida como uma via privilegiada de mediação entre o louco e a sociedade, devido à sua capacidade de tornar visível todos os outros atributos da pessoa, que ficaram escondidos sob os muros dos hospícios e que hoje são revelados em inúmeras intervenções culturais, como o desfile do 18 de maio.

Pode-se afirmar que o fato de o tema da arte ter sido explorado nas reuniões do desfile é mais uma evidência de que este coletivo tem refletido e fortalecido os princípios do movimento.

Para o projeto antimanicomial a arte é um recurso a mais do qual os sujeitos podem lançar mão para se conectarem, para conviverem prazerosamente com seus semelhantes, podendo, assim, transitar pela cidade não mais como um doente, ou ainda pior, como pura representação da doença. Mas como alguém capaz de estabelecer trocas e deste modo dar testemunho dos inúmeros efeitos de tratamento do insuportável que o laço social favorece, seja pela via da arte, enquanto produção artística, seja pelo

simples fato de ver-se incluído na família, ou por ter amigos (SILVA, 2008, p.4).

Quanto à participação dos trabalhadores e gestores, observamos que, além de suas contribuições no processo de criação, ambos funcionaram, inúmeras vezes, em sintonia, exercendo outro papel, o de articuladores das discussões, articulação esta traduzida em dois aspectos, complementares e inter-relacionados: o operacional e o ideológico.

O aspecto operacional foi observado em ações como redação e divulgação das atas, organização da apresentação dos participantes, ordenação das inscrições para fala, intervenções para garantir a participação de todos os inscritos, organização de votações, muitas vezes necessárias para escolha democrática entre uma ou outra ideia, e, até mesmo, mediação de eventuais exaltações ou tumultos — que podem ser frequentes em um coletivo tão heterogêneo e em processo de criação.

Noutras ações, como coordenação e construção de ementas das alas e condução das discussões em comissões, como a do concurso de samba enredo e de elaboração do material gráfico de divulgação do desfile, notou-se que, para além de um funcionamento operacional, estas podem ser compreendidas no campo ideológico, posto que evidenciam um cuidado para garantir o enlaçamento dos temas sugeridos com os princípios do MLA.

Após o término das reuniões de construção do desfile, norteado pelo texto final, o coletivo se dividiu em seis subgrupos (número correspondente à quantidade de alas) e deu-se início aos desdobramentos que precederam o desfile: a reunião das alas e o concurso de samba enredo (anexo 1)².

² As alas ficaram assim definidas: 1- Ala da Solidariedade: me empresta tudo que resta que lhe devolvo sonhos de sobra; 2 - Ala da experiência da loucura: libertar-te da dor, encontrar-te com a cor; 3 - Ala das crianças e dos adolescentes: todos elas cabem no nosso balão; 4 - Ala dos movimentos sociais: o balanço da loucura aterremota a ditadura da razão; 5 - Ala da denúncia: que mentira é essa? Quem me tira dessa?; 6 - Ala das conquistas da Luta Antimanicomial: Basaglia viu e anunciou, Bispo luziu quando endoidou.

A observação participante foi continuada em uma das reuniões de ala. O objetivo destes encontros foi pensar uma maneira de dar materialidade ao conceito proposto para a ala na forma de adereços carnavalescos. A dinâmica das discussões permaneceu a mesma, em roda e com inscrições dos participantes.

A positividade deste modo de conduzir o processo, através da valorização dos elementos produzidos pelos militantes, é fundamental, como afirmam Vinadé e Guareschi (2007), considerando-se que há neste ato um reconhecimento de potencialidades que, em princípio, parecem não ter visibilidade em outros contextos. Assim, os elementos produzidos nas reuniões ganharam visibilidade de várias formas, sendo uma delas sua apresentação num texto final, escrito após o término das reuniões e utilizado como um dos materiais de divulgação do desfile.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspetos evidenciados pela análise é a complexa constituição identitária do movimento, percebida como potencialidade (LÜCHMANN & RODRIGUES, 2007). Portanto, incitar a participação de cada um dos atores em espaços de reflexão e produção só vem potencializar suas ações.

Notou-se que as reuniões de organização e criação do desfile têm se constituído também como espaço de emancipação e potencialização das subjetividades, circunscrito pelos objetivos coletivizados pelo movimento e marcado pelo protagonismo dos usuários durante todo processo. Nessa direção, Vinadé e Guareschi (2007), ao falarem da dimensão individual dos movimentos coletivos, afirmam que a militância está diretamente ligada à história pessoal de indivíduos comumente oprimidos pelo sistema social, que encontram nessa forma de luta um espaço para serem o que são e exercerem, assim, sua condição de sujeito.

Porém, alguns desafios se impõem, sendo um deles a formação política dos militantes e, conseqüentemente, as estratégias de fomento à disseminação de organizações mais autônomas de usuários e familiares. Nessa querela, Vasconcelos (2000) afirma que a difusão das abordagens centradas no conceito de

empoderamento pelos profissionais pode ter um papel fundamental, quando se trata de deslocar o poder para os próprios usuários na busca pela restituição da cidadania e do protagonismo do louco.

Diante da complexidade que caracterizou o processo de construção do desfile, considera-se que este tem trazido contribuições em todas as dimensões da reforma psiquiátrica — conceitual, técnico-assistencial, político-jurídica e sociocultural —, funcionando, principalmente, como espaço de reflexão e fortalecimento do movimento, podendo, por estes motivos, ser considerado um desdobramento fundamental do MLA em Minas Gerais. Entretanto, sua capilaridade ou seu potencial de expansão, deve ser uma questão para a qual o MLA deve ficar atento, no sentido de fomentar a máxima participação possível de trabalhadores, familiares, gestores, instituições e outros simpatizantes da sociedade civil.

Referências

- ABOU-YD, M. & SILVA, R. A lógica dos mapas: marcando diferenças. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- AMARANTE, P. (Coord.) **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, P. & LIMA, R. (Coords.). **Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura**. Oficina nacional de indicação de políticas públicas culturais para pessoas em sofrimento mental e em situações de risco social (Relatório final/2007). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- AMARANTE, P. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: Amarante, P. (Org.). **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003, p. 45-66.
- AMARANTE, P. Loucura, cultura e subjetividade: conceitos e estratégias, percursos e atores da Reforma Psiquiátrica Brasileira. In: Fleury, S. (Org.). **Saúde e Democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997, p.163-186.
- AMARANTE, P. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- BAKHTIN, M.M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

CASTRO, A. M. Fórum Mineiro de Saúde Mental: a alegria e a coragem de se fazer política. In: Nilo K, Morais MAB, Guimarães MBL, Vasconcelos ME, Nogueira MTG, Abou-Yd M (Orgs.). **Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2008, p.221-227.

II CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL. **Manifesto de Bauru**. Bauru, dez 1987. [acessado 2011 Mar]. Disponível em: www.capufpr.files.wordpress.com/2007/12/manifesto-de-bauru.doc

COSTA, M.N. Por uma sociedade sem manicômios: buscando a direção. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GOULART, M. S. B. A Construção da Mudança nas Instituições Sociais: A Reforma Psiquiátrica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. 1(1):1-19, 2006.

KODA, M. Y. **Da negação do manicômio à construção de um modelo substitutivo em saúde mental**: discurso de usuários e trabalhadores de um núcleo de atenção psicossocial. [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

LOBOSQUE, A. M, ABOU-YD, M. A cidade e a loucura: entrelaces. In: Campos CR, Malta DC, Reis AT, Santos AF, Merhy EE (Orgs.). **Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público**. São Paulo: Xamã, 1998, p. 243-264.

LOBOSQUE, A. M. (Org.). A reforma psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial. **Caderno Saúde Mental**. Belo Horizonte, 1: 8, 2007.

LOBOSQUE, A. M. **Experiências da loucura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOBOSQUE, A. M. Loucura, ética e política: algumas questões de ordem da luta antimanicomial. In: Conselho Federal de Psicologia, organizador. **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LÜCHMANN, L. & RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Cien Saude Colet** 12(2): 399-407, 2007.

MAIA, R. C. M. & FERNANDES, A. B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. 17(48): 157-171, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório de gestão 2003-2006: saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MOURA, R. M. B. **Desfile do 18 de maio em Belo Horizonte**: a busca do elemento cultural como possibilidade de transformação dos significados sociais da loucura. Dissertação. Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

PASSOS, I. C. F. & BEATO, M. S. F. Concepções e práticas sociais em torno da loucura: alcance e atualidade da História da Loucura de Foucault para investigações etnográficas. **Psiquê**. 87(12), Jul-Dez 2003 [acessado 2011 Abr]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/revistas/psyche/pinstruc.htm>

PASSOS, I. C. F. **Loucura e Sociedade: discursos, práticas e significações sociais**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

PASSOS, I. C. F. Lucha antimanicomial: práxis insurgentes, las multiplicidades libertarias. In: Kazi G, Ajerez M (Orgs.). **Salud Mental: Experiencias y prácticas**. Buenos Aires: Espacio Editorial; 2008, p.11-30.

RODRIGUES, J. & CUNHA, G. Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007, 25-27.

SANTOS, C. M. 18 de maio: luta em forma de carnaval. **Sirimim**. Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 7(1): 3, 2008.

SARACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. BH/RJ: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Atenção em Saúde Mental**. Belo Horizonte: SES, 2006.

SILVA, M. V. O. O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA, R. Mostra de Arte Insensata: “a gente quer saída para qualquer parte”. **Sirimim**. Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 7(01): 4, 2008.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. **História Ciências Saúde – Manguinhos**. 9(1): 25-59, 2002.

VASCONCELOS, E. M. Dispositivos associativos de luta e empoderamento de usuários, familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil. *Vivência*. 32:173-206, 2007.

VASCONCELOS, E. M. Reinvenção da cidadania, *empowerment* no campo da saúde mental e estratégia política no movimento de usuários. In: Amarante P. (Org.) **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p.169-191.

VINADÉ, T. F. & GUARESCHI, P. A. Inventando a contramola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. *Revista Psicologia e Sociedade*. 19(3): 68-75, 2007.

*Recebido para publicação em Janeiro/2012
Versão definitiva em Março/2012 Suporte financeiro: Não houve*

Conflito de interesses: Inexistente

ANEXO 1: Letra do Samba-enredo

Descer a marreta chutar o pau da barraca
Quero ver agora quem fecha a minha
matraca
(Refrão)

TEC TEC TEC

Produção coletiva dos usuários da Oficina
de Música do Centro de Convivência São Paulo

(Refrão:) Tec tec tec tectônica
Parece uma bomba atômica
Todo abalo à sociedade
Que vive sem a solidariedade

O Haiti também é aqui
Há em ti, Há em mim a solidariedade
Com a loucura contagiando essa cidade
A liberdade ainda que tam tam
Tira da dor a felicidade

Nossa arte tá na rua
De mãos dadas à loucura
Ela é minha e também sua
Aterremota a ditadura
Então venha nessa entrar no nosso balão
Traga com você a criança do seu coração
(Refrão)

Basaglia viu e também anunciou
O bispo pirou e sua arte iluminou
Salve o terremoto a favor da liberdade
Cantemos com toda energia
O manicômio vá prá rima que o pariu

Nem todo remédio cura nem toda receita é
pura
Vamos quebrar a mutreta da indústria tarja
preta